



Anais da Assembleia

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 178ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1975.

TERÇA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Valter Pietrange-lo.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho e Otássio Pereira.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO.—

procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE —

Não há expediente à ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 170/75 veto aposto ao Projeto de Lei 121/74, de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira à Ponta Grossa.

Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto.—

Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, para encaminhar a votação. Queria apresentar meu pronunciamento acompanhado o voto do Sr. Deputado Domicio Scaramella, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — Continua a votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA.—

Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que aprovam o

projeto queiram levantar-se. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 171/75.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 179ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1975.

TERÇA — FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Domicio Scaramella.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho e Otássio Pereira.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. ZAQUIA DOMIT, ocorrido em União da Vitória, pessoa muito estimada e pertencente a família tradicional daquela localidade.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA'.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de pesar à família ZARANIONELLO pelo falecimento de HUMBERTO ZARANIONELLO, ocorrido em Porto-União da Vitória, membro de tradicional família e do Comércio local onde exerceu atividades comerciais por muitos anos.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão, da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, que se faça constar na ata da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ARACI SOARES SANTOS, ocorrido em data de 5 do corrente na cidade de Londrina.

Da decisão desta Casa, requer, outrossim, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ELISIO CAMLOSFSKI, ocorrido em data de 3 de outubro do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que após sua aprovação, dê-se ciência à família enlutada residente na Av. Visc. de Mauá, 2939, vila Maria Otilia, Ponta Grossa-Pr.

Justifica-se o presente requerimento pelo fato que o extinto era ferroviário aposentado e pessoa de grande relacionamento na cidade, tendo contribuído muito para a comunidade.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 60º aniversário de fundação da Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, com sede na cidade de Castro.

Da decisão desta Casa requer outrossim, se dê ciência à referida Associação.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) DÁCIO EEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança General Alcindo Pereira Gonçalves, que determine com a máxima urgência, à Delegacia de Tóxicos, a abertura de inquérito, para apurar as irregularidades

no caso de Nelson Lopes, e punir os culpados da venda, aplicação das dosagens, porque no final do corrente, a corda quebrou em Nelson Lopes, e os outros ficaram impunes. Quem são os culpados?

Aplique-se a Lei.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requerem seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo Sr. Secretário dos Transportes que inclua no plano prioritário do Estado, a ligação asfáltica de Umuarama ao município de Xambrê.

O município de Xambrê, com as estradas asfaltadas, de Altonia a Iporã e Pérola a Cafezal, BR-373, ficou marginalizado. Falo somente no aspecto educacional, que Umuarama possui várias Faculdades, os alunos de Xambrê quando chove ficam impossibilitados de comparecerem às aulas, motivo a estrada tornar-se intransitável. É justo que com este melhoramento, lembremos dos nossos irmãos que sofrem as amarguras de nossas estradas interioranas.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

aa) JOÃO CIONI NETO
ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Sr. Governador do Estado, solicitando cópia do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, sobre o subprograma de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes "AGIPLAN".

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando a S. Exa., a determinação de estudos sobre a possibilidade de promoção ao posto imediatamente superior, bem como o pagamento de auxílio para aluguel de casa, aos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, que forem transferidos à reserva, ao completarem trinta e cinco anos de serviços.

A presente sugestão prende-se ao fato de outras organizações policiais militares estaduais preverem em seus estatutos tais concessões.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., ouvido o plenário, seja solicitado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado encaminhamento de expediente ao Dr. Arturo Andreoli, DD. Presidente da COPEL, no sentido de S. Exa. determinar aos órgãos competentes daquela autarquia, o imediato estudo de instalação de energia elétrica

nos distritos e patrimônios de Nova Videira, São Sebastião, Cerro de Lola, Três Bocas e Linha São Paulo, em convênio com a Prefeitura Municipal de Toledo, a cuja jurisdição pertencem tais núcleos populacionais.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Toledo é, sem dúvida alguma, o centro de uma região cuja economia rural (agricultura e pecuária suínfcola), se vem tornando, dia a dia, a espinha dorsal de todo o progresso no Extremo-Oeste do Paraná.

Tanto as vilas como os simples patrimônios daquele município constituem, cada um per si, um polo de concentração das atividades e mesmo de encontro Sócio-religiosos dos ruralistas, que constituem a respectiva população, originando-se disso um notório desenvolvimento urbanístico, inclusive de aspecto educacional, comercial e industrial, vinculando a economia específica da região.

A ausência de energia elétrica num ou outro destes núcleos populacionais concorre sempre para um marcar-passos no seu progresso e mesmo um impressionante atraso no seu desenvolvimento.

Vários distritos de Toledo, como Nova Santa Rosa, Novo Sarandi, Vila Nova, Vila Ipiranga, São Luiz do Oeste, Ouro Preto, Ouro Verde, Bom Princípio, Boa Vista e Luz Marina, já adquiriram energia elétrica da COPEL em convênio com a Prefeitura, estando prestes a ser inaugurada essa energia nos distritos de São Pedro e São Francisco. Para todos eles, o Executivo Municipal sempre aquiesceu nas exigências da COPEL, com o apoio unânime da Câmara dos Vereadores.

Agora é o próprio Legislativo Municipal quem toma a iniciativa de solicitar a COPEL, conforme ofício de cópia anexa, instalação de energia elétrica nos distritos e patrimônios constantes deste requerimento.

O que fazemos agora nada mais é do que solidarizar-nos com a solicitação da Colenda Câmara Municipal de Toledo nesta reivindicação por reconhecermos a magnitude da medida pleiteada, uma vez que os distritos e patrimônios aqui mencionados exercem importância na vida sócio-econômica daquele município, e mesmo assim, ainda vivem às escuras, enquanto sua indústria agrícola não se desenvolve, simplesmente por falta de energia elétrica.

Estamos certos de que S. Exa. o Sr. Governador do Estado que tão bem conhece aquela micro-região, tomará na devida conta a presente reivindicação e atenderá com a possível brevidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer ouvido o plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, formulando apelo no sentido de que aquelas autoridades interfiram junto aos estabelecimentos de crédito para que a Cooperativa Agro-Pastoril da Região Centro Oeste Ltda., possa valer-se faixa de financiamentos destinados ao cooperativismo, bem como as causas que marginalizam essa entidade impedindo-a de receber os devidos, legítimos e justos financiamentos, necessários à sua ampliação e sobrevivência.

JUSTIFICATIVA:

O sistema cooperativista que vinha claudicando por muitos anos em nosso Estado devido à ausência de uma perfeita estruturação para seu funcionamento, é comprovadamente nos dias de hoje, sólido suporte do desenvolvimento da agropecuária, isso após ter passado por várias fases de aperfeiçoamento e após

ter obtido dos órgãos governamentais, os altamente necessários incentivos e respaldos assistenciais, quer técnicos, quer jurídicos, quer econômicos.

Na síntese histórica da implantação do cooperativismo no Paraná, desponta a iniciativa pioneira de ferroviários de Ponta Grossa que teriam fundado a primeira entidade cooperativista ainda em 1906, com o nome de Associação Beneficente 26 de Outubro, hoje Cooperativa Mista 26 de Outubro, uma das maiores do País, com mais de quatro mil associados.

Entretanto, o cooperativismo propriamente dito, teria seu gênese, alguns anos depois com a chegada do ucraniano Valentin Cuts, que, a partir de 1912, teria desenvolvido intensas atividades junto às colônias de imigrantes, tendo orientado a fundação de quatorze sociedades nos moldes cooperativistas, somente em nosso Estado.

É de conhecimento geral ainda que um dos misteres primeiros das cooperativas era libertar seus associados da pernóstica ação e da conseqüente dependência de inescrupulosos estelionatários e agiotas, funcionários então como caixa de empréstimos. Nesse critério nos é dado a conhecer a fundação da Cooperativa dos Ferroviários da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, hoje com cerca de três mil filiados.

Notável importância também, teve o cooperativismo no aproveitamento das terras dos chamados Campos Gerais, pela fixação ali de imigrantes alemães, holandeses, poloneses, russos e de outras origens em pequenas e médias propriedades, estimulando a introdução de pastagens artificiais; melhoria dos rebanhos de gado leiteiro; produção de laticínios e cultivo de cereais. Como fruto desse labor orgulhamo-nos hoje da presença da Cooperativa Agropecuária localizada na colônia de Carambeí.

E as sementes do cooperativismo foram sendo lançadas ao solo, germinando, crescendo e produzindo frutos que todos colhem.

Contam-se, às centenas, hoje as entidades que se encontram em franco progresso e dentre todas as existentes, algumas notabilizam-se até além-fronteiras brasileiras pela extraordinária movimentação, pela dinamicidade e capacidade de seus dirigentes, pela objetividade de seus trabalhos e pelo que representam em termos de PARANÁ MAIOR, estribado que é este Estado, no que lhe é dado pelas suas terras.

É formidável o cooperativismo no Paraná.

Eis que de acordo com dados divulgados pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria de Agricultura, "mais" de cem mil paranaenses vivem hoje a mútua cooperação, agrupados em 237 cooperativas singulares e 2 centrais, distribuídas em todas as regiões paranaenses circunscritas pelas áreas: CENTRO SUL, PROJETO IGUAÇU DE COOPERATIVISMO E PROJETO DE COOPERATIVISMO NORTE PARANAENSE, este agora em sua segunda etapa expansionista.

Para ilustrar, cumpre destacar a movimentação comercial das entidades implantadas na área de influência do PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo - que, já em 1973, alcançava a soma de Cr\$ 503.067.672,00, computados os valores das vendas de produção e de insumo.

Realmente, Senhores Deputados, é deveras formidável o cooperativismo em nosso Estado.

Esboçamos de início, rápido comentário sobre a implantação e o desenvolvimento, à custa de heróicos sacrifícios, do cooperativismo no Paraná. Salientamos sua patenteada e já sacramentada validade como favor da realização pragmática do progresso agropecuário de nosso Estado, Enfatizamos reconhecidos, e consciênciação por parte do Governo, da necessidade da amparação ao setor, ressaltando o papel profícuo por ele desempenhado no progresso da carreação de divisas para o Tesouro Nacional através da comercialização em larga escala com países importadores e sua marcante presença no suprimento do mercado interno.

E recentemente, reforçando nosso entusiasmo, tomamos

conhecimento através da imprensa, do amplo programa de apoio técnico e financeiro à formação de cooperativas a ser desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e tendo como um dos principais indutores o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, pretendendo assim o Governo, impor nova estrutura agrária ao País, de forma a conquistar, em curto espaço de tempo, posição de liderança como abastecedor mundial de alimentos.

Incentivados pelo panorama atual do cooperativismo brasileiro, principalmente o que mostra o Paraná e, incentivados pelas suas áureas perspectivas, apresentamos o requerimento que enseja estes considerandos para denunciar o que, lamentavelmente ocorre com a Agro-Pastoril da Região Centro-Oeste, localizada no município de Telêmaco Borba, com atividades que abrangem os municípios de Reserva, Ortigueira e Tibagi, englobando vasta área territorial onde é pujante a policultura, contando atualmente seu quadro social com 183 cooperados, com tendência positiva de célere dilatação.

É por demais notório o potencial de produtividade dessa região, sede do maior parque industrial de papel da América Latina, onde uma cultura diversificada é responsável pela elevação dos índices nossos de contribuição ao engrandecimento brasileiro.

É sério o motivo de nossa denúncia e a levantamos cientes nas imediatas providências por parte dos órgãos aos quais recorreremos, responsáveis que são pelo equacionamento do problema levantado.

A Agro-Pastoril da Região Centro-Oeste vem de há muito lutando contra forças fantasmas que, à sombra, exercem verdadeiro trabalho corrosivo, parece que erguendo intransponíveis obstáculos à sua sobrevivência e às suas pretensões justas de meios financeiros junto aos estabelecimentos creditícios, vitais para o seu almejado soerguimento.

Pretendem tais forças inutilizar todas as iniciativas da Agro-Pastoril do Centro-Oeste, obstruindo por meios excusos e condenáveis, toda sua fatigante mobilização no sentido de credenciar-se para a angariação dos recursos pretendidos e repetidos, vitais.

Em virtude e a par de tão revoltante situação que por si depõe contra as intenções das esferas administrativas, é necessário que vozes se ergam em defesa dos sadios interesses dessa cooperativa de Telêmaco Borba e que esta Casa, verdadeira e soberana propugnadora pelos reais anseios da gente paranaense, dê direito a quem dele tem mérito e crédito.

A Agro-Pastoril de Telêmaco Borba encontra-se marginalizada ao contexto de desenvolvimento global das cooperativas e esse isolamento, esse alheamento é consequência talvez de manobras por parte de grupos interessados em seu desprestigiamento, quiçá temendo pela provável concorrência que futuramente possa a mesma exercer.

Reclamamos contra a intromissão possível de forças estranhas e por isso, apelamos ao Senhor Governador do Estado e aos senhores Ministros Alysson Paulinelli e Mário Simonsen, da Agricultura e Fazenda, respectivamente, para que, no exercício da autoridade que lhes é atribuída, interfiram junto aos estabelecimentos de apoio financeiro, notadamente aos voltados ao sistema cooperativista, no sentido de que os benefícios propiciados pelas diversas linhas de crédito abertas às cooperativas sejam também colocadas à disposição, ao acesso da Cooperativa Agro-Pastoril da Região Centro Oeste Ltda. de Telêmaco Borba.

Pretendem ardentemente os dirigentes dessa cooperativa, numa representação maciça e em perfeita comunhão com os elevados e justos ideais de todos seus associados, atingirem as finalidades para as quais foi criada e é injusto que seus objetivos sejam tolhidos, sejam cerceados por um "fechar as portas" por parte dos órgãos voltados para o setor cooperativista.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a Suas Excelências os Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura, Ministro do Interior, Diretor do IBDF, Governador do Estado, Secretário da Agricultura, Secretário do Interior e Delegado Regional do IBDF no Paraná, noção de apoio, ao teor do apelo formulado pelo Vereador ELOY MARCELO NIECE, e aprovado pelo Legislativo Municipal de Campina Grande do Sul, e em consonância com as ponderações formuladas pelo Sr. Professor Silvio Péllico Netto, diretor do Centro de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná, na entrevista ao jornal "Gazeta do Povo", no sentido de que a ventida criação do "Parque Nacional do Marumbi" não atinja o município de Campina Grande do Sul, em atendimento a proprietários rurais da região que teriam suas atividades prejudicadas com a possível desapropriação de suas terras.

Lembre-se que Campina Grande do Sul é município de pequena área territorial e fatalmente seria substancialmente reduzida com matemáticos prejuízos em sua renda. É relativamente o fato de que Campina Grande do Sul está incluído na Região Metropolitana de Curitiba, sendo parcialmente responsável pelo crescente abastecimento da Capital em produtos hortigranjeiros e da agropecuária, em desenvolvimento na região, cujo encargo tende a crescer com provável redução de produção agrícola de outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba atingidos pela industrialização e poluição consequente (Zona da Petrobrás, Cidade Industrial, etc.). Solicita-se às autoridades responsáveis que levem em consideração, também, a facilidade de desenvolvimento da região em tela pela existência da BR-116, cortando todo o município, facilitando o escoamento da produção local, bem como eletrificação que existe ao longo do eixo da referida estrada.

Pede-se a exclusão na criação do referido Parque, de uma faixa de 5 quilômetros de cada lado da BR-116, área onde continuariam a se desenvolver e trabalhar os produtores rurais, evitando-se inclusive, um possível problema social que adveria com o deslocamento da atividade humana ali concentrada.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) IVAN RUPPEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a juntada ao Projeto de Lei nº 130/75, dos documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

O SR. PRESIDENTE — Está fina a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista que o problema das prisões realizadas no Paraná, recentemente, foi motivo de críticas nesta Casa, entendo que devemos hoje proceder a leitura do comunicado oficial da 5ª Região Militar a respeito do assunto, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

(Lendo): "O comando da 5ª Região Militar em seu desejo e dever, presentes, sempre de contribuir para que a família paranaense fique adequadamente informada a respeito da atuação dos órgãos de segurança em seu benefício, julga azado o momento de desvendar a articulação subversivo-comunista, que se proces-

va no Estado, já que o rigor do sigilo até então exigido para o êxito das operações, pode ser aliviado.

Os órgãos de cúpua do Partido Comunista Brasileiro, vinham insistindo, há algum tempo junto a comunistas, residentes no Paraná, para que reorganizassem o partido no Estado, visando a ampliação progressiva de suas bases, e por via de consequência, uma maior atuação nos mais diversificados setores de atividade.

Com esse objetivo, foram deslocados para o Paraná, alguns antigos militantes de outras áreas, mais experimentados, o que, possibilitou a reorganização do Comitê Estadual e os órgãos subordinados.

Foi assim que, realizada uma reunião nesta Capital, que contou com a presença de um representante do Comitê Central e dos mais destacados membros do Partido Comunista Brasileiro do Paraná, na qual foi reorganizado o Partido, cuja estrutura passou a ser o seguinte:

1 – COMITÊ ESTADUAL.

Sediado em Curitiba. Incumbido de estabelecer as diretrizes gerais e tomar as decisões a serem obedecidas no âmbito estadual.

2 – SECRETARIADO.

Órgão permanente que cumpre e faz cumprir as diretrizes e resoluções superiores. Na verdade, é o órgão dirigente do Partido, nos intervalos de tempo existentes entre as reuniões do Comitê Central.

3 – SEÇÃO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA.

Encarregada de formar e mobilizar ideologicamente a opinião pública, principalmente através de contactos individuais, reuniões, palestras e distribuição de panfletos.

4 – SEÇÃO DE FINANÇAS

Destinada a angariar e aplicar contribuições em dinheiro feitas ao Partido por comunistas e simpatizantes.

5 – SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

Incumbida de distribuir os militantes, isto é, os membros atuantes do Partido, pelos diversos cargos em função de suas aptidões.

6 – SEÇÃO DE ENTENDIMENTOS POLÍTICOS

Encarregada de realizar as ligações e acordos na área política.

7 – SEÇÃO SINDICAL

Incumbida da atuação na área dos sindicatos.

8 – COMITÊS MUNICIPAIS

Organizam-se e atuam no âmbito municipal, de modo semelhante ao Comitê Estadual.

Seu principal instrumento de atuação e Organização de Base, (OB) que de acordo com decisão adotada deveria inicialmente se aproximar dissimuladamente das Associações de bairros para vincular o Partido a esses movimentos comunitários e com isso obter adeptos e prestígio.

Além dos comitês municipais de Londrina, o Partido, já existente à época da reorganização anteriormente citada, foi criado o de Curitiba e decidida a organização dos de Ponta Grossa e Maringá.

O Partido Comunista Brasileiro, assim estruturado neste Estado, ficou em condições de aplicar técnica já consagrada, cujas características principais são:

Ressaltar junto à população, as deficiências e as dificuldades existentes no País, atribuindo-as exclusivamente a responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isso, a agravar os problemas existentes, levar o povo ao descontentamento e à insatisfação e tornar o governo impopular.

— Investir aberta ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais, da população, suas crenças e convicções a fim de corroer e deformar seu caráter.

— Infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos etc., a fim de aos poucos e

subreticiamente passar nas decisões e exercer sobre eles influir, no domínio completo.

— Organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constituam um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e levar avante o processo subversivo.

— Açocar com habilidade, novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas, até que fiquem comprometidos de tal modo com os atos ilegais, praticados, que não terão mais condições de optar livremente, e sair da Organização mesmo que queiram.

— Usar todas as liberdades e franquias democráticas, em benefício da ampliação do movimento subversivo.

Essa técnica que foi apresentada tão somente em seus aspectos mais evidentes e relevantes tem por objetivo primordial, a conquista sutil, progressiva e persistente da população de modo a colocá-la do lado da subversão, facilitando ou possibilitando assim a conquista do Poder, pois, seu dogma fundamental é: “O máximo da eficiência não é obter cem vitórias em cem batalhas, mas sim vencer os exércitos do inimigo sem precisar lutar”.

Oportunamente, serão divulgados os nomes das pessoas presas pelos órgãos de Segurança e o comprometimento de cada uma delas em relação ao Partido Comunista Brasileiro”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, segundo orador inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa do Paraná, notadamente a “Folha de Londrina” e o “Diário Popular”, este último da Capital, denunciaram recentemente, com vatas documentação, o escandaloso procedimento da PARANATUR a respeito de uma concorrência entre agências de publicidade, com a finalidade de divulgar nosso Paraná no Congresso da ASTA, no Rio de Janeiro, que se realiza este mês.

Várias firmas participaram da referida concorrência, porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficaram as mesmas surpreendidas ao terem conhecimento de que mesmo antes do julgamento, já se sabia qual o nome da firma que iria vencer a aludida concorrência.

A razão de nosso descontentamento e da nossa estranheza, é de que serviram as firmas não vencedoras, apenas como instrumentos úteis para a formalização do processo e que, em nosso entender e no da imprensa do Paraná, concretizaram a já tão comentada “marmelada” da PARANATUR.

Entre os documentos encaminhados à PARANATUR, temos em mãos, Sr. Presidente, uma declaração da “Système”, que nos diz o seguinte: “antes mesmo da apresentação dos trabalhos já circulavam rumores de que o edital que instituíra a tomada de preços era uma mera formalidade, uma vez que já havia sido escolhida a empresa que deveria vender a concorrência”.

Sr. Presidente, por esta e outras razões, encaminhamos à Mesa, nesta oportunidade, o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, que seja enviado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná.

1 — Qual foi o total das verbas destinadas a propaganda durante os primeiros nove meses deste ano;

2 — Qual a relação de empresas que prestaram durante esse período de tempo serviço de assessoria, planejamento, propaganda e outros serviços ligados à divulgação do Estado;

3 — Qual o total de verbas e sob que rubricas e respectivos credores foram feitos os pagamentos nesse período a título de divulgação e propaganda;

4 — Quantas concorrências foram feitas nesse período de

tempo, com o objeto a que se referiam, com a respectiva cópia de editais e veículos que os transmitiram;

5 — Quais foram as firmas, em cada concorrência que participaram e qual foi o resultado, com as respectivas atas de julgamento.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa do Paraná, nos dá conta de um escandaloso procedimento na PARANATUR à respeito de uma concorrência entre agências de propaganda, destinada a prover serviços para a divulgação do Paraná no congresso da ASTA, que se realiza este mês no Rio de Janeiro.

Não seria necessário apresentar mais fatos para justificar que este Projeto precisa saber o que está ocorrendo naquele serviço estadual, de forma a colaborar com o governo no sentido de proceder o saneamento que se fez imperioso, sob pena de comprometer todo o Governo do Estado”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Organização encarregada da Divisão Judiciária do Estado do Paraná está se movimentando no sentido de desligamento de alguns municípios de algumas comarcas e transferência de outros municípios a outras comarcas.

Evidentemente, isso teria que acontecer. Entretanto, amedrontado por erros de previsão que possam ocorrer na região que me honro de representar nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, apresentarei, nesta oportunidade, dois requerimentos dirigidos ao Tribunal de Justiça, ao qual solicito bons ofícios no sentido de que se evite o acometimento de erros nos trabalhos dessa Comissão.

O primeiro requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Sr. Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei e tendo em vista ser o município de Barra do Jacaré distante a menos de 10 km da sede da comarca de Andirá, vem mui respeitosamente requerer a Vossa Excelência, após ouvido o plenário, encaminhar ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo seus bons ofícios no sentido de que através da Comissão encarregada da Organização e Divisão Judiciária do Estado transfira da jurisdição da comarca de Jacarezinho para a comarca de Andirá, o município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975”.

O nosso segundo requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem o seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente,

O Deputado que este subscreve, usando dos direitos que lhes são conferidos por Lei, requer após ouvido o plenário, encaminhe-se ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo os seus bons ofícios no sentido de que seja mantido o município de Itambaracá na comarca de Andirá.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.”

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quarto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses quando se inaugurou o Guairão, todos acreditavam que estava aberta uma possibilidade às classes menos favorecidas de Curitiba para terem acesso ao teatro. Mas

a programação da direção do Teatro Guaíra, infelizmente, não tem voltado os olhos para as camadas populares e principalmente a classe estudantil. Hoje, os espetáculos no Guaíra se destinam a uma classe privilegiada, porque os elevados preços cobrados pelos espetáculos em toda programação do Teatro Guaíra, se destinam àqueles que têm poder aquisitivo. Os ingressos variam de 80 a 100 cruzeiros, impossibilitando, efetivamente, a classe estudantil e camadas populares de assistirem espetáculos teatrais.

Não podemos entender um teatro público, um teatro financiado pelo Governo do Estado, portanto destinado a atingir e a favorecer todas as classes, todos os níveis de nossa população, se destinar exclusivamente a uma classe de elite.

Neste sentido, estamos encaminhando um requerimento à Secretaria de Educação e Cultura e Fundação do Teatro Guaíra, para que no futuro observem que também as classes menos privilegiadas têm direito, esporadicamente ao menos, a ter espetáculos ao alcance do seu poder econômico.

Este requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem procedência porque o teatro é uma verdadeira escola popular; através da encenação no teatro os teatrólogos procuram criar cenas em que há possibilidade do espectador ver refletida no personagem a sua própria vida, podendo assim, muitas vezes, corrigir certos erros. No entanto, o teatro está destinado a uma elite, e as classes menos favorecidas não têm acesso a ele. O teatro com possibilidade de levar a arte a todas as categorias populares, têm sido destinado apenas a uma classe que tem outros meios de aprimoramento cultural, classe de elite que pode comprar livros, que pode buscar a cultura de outras formas.

Deixemos o teatro também ao povo. Peço aos Srs. Deputados que aprovelem este requerimento que está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após manifestação do plenário, seja endereçado expediente à Secretaria da Educação e Cultura e Fundação Teatro Guaíra, para que promovam espetáculos teatrais também acessíveis ao grande público, tendo em vista que os atuais preços, são impeditivos às camadas populares, em especial aos estudantes.

JUSTIFICATIVA:

As fantásticas dimensões do Teatro Guaíra, um dos maiores do mundo, possibilita a promoção de espetáculos teatrais de fácil acesso às camadas populares, face a viabilidade de cobertura das despesas. Todavia e infelizmente isso não vem ocorrendo. Uma faixa de elite, reduzida aos que podem pagar preços altíssimos são os privilegiados de assistirem espetáculos onde as camadas populares estão impedidas. Preços que atingem um quinto do salário mínimo, efetivamente, significam proibição ao povo em geral e à massa de assalariados. Data vênica, tal orientação foge aos princípios orientadores do próprio teatro preconizado pelos grandes teatrólogos da história e contemporâneos. Teatro é a participação de todas as camadas sociais e não diversão de elite. Objetiva a arte teatral, através da encenação de textos com motivos eminentemente sociais, despertar no espectador as contradições e regras sociais do mundo onde se vive, a fim de estimulado pela possibilidade de assimilar os ensinamentos exemplificativos de vivência, possa, cada um, tentar a transformação do mundo que vivemos. Que cada expectador se encontre no personagem, acreditamos seja o objetivo da arte teatral, ora reduzir esta verdadeira escola social e política a uma elite, quando o teatro é público, é fugir a finalidade do Estado, que considera a todos no mesmo nível. Nem se alegue também que a arte não deve ser popularizada, que o teatro de massa seja deturpação da arte cênica, pois o que se deseja tão somente, é que também as massas trabalhadoras tenham acesso ao teatro com a promoção de espetáculos populares. Finalmente, a classe estudantil, que com maior assiduidade vai ao teatro, a continuar nestas

condições, também estará proibida de teatro, pois como afirmamos, hoje, no Guairão, os espetáculos são acessíveis apenas aos privilegiados pelo poder econômico”.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1975.”

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia, hoje, falar sobre a atuação da Secretaria de Justiça nos estabelecimentos correccionais na recuperação moral dos delinquentes. Mas, Sr. Presidente, ao ler hoje a “Folha de Londrina” e ao tomarmos conhecimento do pronunciamento ou da resposta dada por um dos representantes do Paraná no 7º Congresso de Cooperativismo realizado em Brasília, quando S. Exa. o Sr. Presidente da República interrogava o motivo de nossa revolta contra a atitude de S. Exa. o Sr. Presidente do IBC.

Uma maneira muito simples de livrar uma falta de coragem de dizer aquilo que se passa em nosso Estado. Esse nosso representante da Cooperativa simplesmente disse que foi de caráter político a nossa revolta contra o Presidente do IBC. Foi muito infeliz esse nosso representante. Não foi de caráter político. Nós que vivemos livremente neste país democrático, onde todos têm o direito ao diálogo, onde todos podem discutir e todos podem encontrar a melhor maneira para atendimento à nossa população, caberia a esse representante dizer o porquê da nossa revolta, mas não simplesmente dizer que foi de caráter político.

Por este motivo estamos pedindo hoje a transcrição nos Anais da Casa, do telex encaminhado pelo Presidente da APAC a S. Exa., o Sr. Presidente da República, cujo teor é o seguinte: (lê):

“As reivindicações e as críticas construtivas que a Associação Paranaense dos Cafeicultores, apoiada pelas entidades de classe, vem apresentar ao Governo de V. Exa. não têm caráter político e não significam qualquer despreço à atuação de V. Exa., que tem sido benéfica e merece os agradecimentos da agricultura.

Assumimos inteira responsabilidade e confessamos a V. Exa. que tanto a reunião da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, quanto da Câmara Municipal de Londrina, foram solicitadas a nosso pedido, sem qualquer intenção política, por intermédio de um Deputado e de um Vereador ambos da ARENA.

Assim procedemos porque o Governo de V. Exa. sempre recebeu e deu valor às críticas, principalmente quando feitas com elevado intuito construtivo e em benefício para a nossa cafeicultura”.

Por este motivo estamos encaminhando requerimento à Mesa, nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, pedido de de transcrição do Telex à S. Exa. o Sr. Presidente da República, publicado na “Folha de Londrina”, na data de hoje.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sexto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “A questão dos limites fronteiriços entre os Estados do Paraná e de São Paulo voltou a ser assunto de controvérsia, debatida na imprensa do nosso país.

O nosso Estado não pode perder 265 km² de seu territó-

rio por causa de uma interpretação taxativamente errônea do laudo arbitral de Eptácio Pessoa.

Ora, por força da resolução tomada no VI Congresso Brasileiro de Geografia, uma Conferência de Limites Interestaduais foi convocada para deliberar sobre o caso em apreço, em 1919.

Assim sendo, a leitura do laudo arbitral teve divulgação em solenidade oficial na Presidência da República, e ferente ao seu conteúdo o mesmo não deixa lugar para a menor dúvida possível.

A fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná começa no Oceano, na Barra do Ararapira, acompanha a curva do rio passando no povoado do mesmo nome até o meio do istmo do Varadouro e aí busca o divisor das águas que correm à direita para o mar e o canal de Ararapira, e a esquerda, para as baías do Pinheiro e das Laranjeiras; segue por este divisor até o Alto da Serra Negra e por esta a altura do Morro isolado existente entre ela e a Serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro às nascentes do Rio Pardo nesta última Serra e pelo Rio Pardo até a Ribeira, sobe este último rio e depois o Ribeirão Itapirapuan até as suas cabeceiras, ganha o outro lado da Serra, a nascente do Rio Egua Morta e continua pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema até o Rio Paraná.

Após acurado exame da questão que torna a gerar controvérsias pode-se afirmar, a bem da verdade, que o cumprimento do dispositivo da Constituição de 1891, que determina a aprovação pelos Congressos Legislativos dos Estados interessados, recebeu ratificação final destes pelo Congresso Nacional. Por este modo, o Paraná promulgou a Lei nº 2095, de 14 de março de 1922, e por sua vez, o de São Paulo teve a Lei nº 1803, de 29 de novembro de 1921.

Subsequentemente e em decorrência natural deste acordo bilateral, os dois Estados editaram seus mapas territoriais, o que não deixou de ser em plena e absoluta consonância com o laudo arbitral de Eptácio Pessoa. O Estado de São Paulo respeitou esse laudo até bem pouco tempo.

Ora, a referida linha divisória foi traçada pela própria natureza, com acidentes geográficos notáveis e inconfundíveis. Trata-se de critério único adotado para resolver todo e qualquer litígio congênere, na história do Direito Internacional. Não obstante, baseada em semelhante regra e princípios, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Estado designou, em 1961, há, portanto, 14 anos atrás, e renomado “expert” em Geologia e ilustre geógrafo Reinhard Maack, cujo parecer não foge da lógica, nem contradiz a verdade.

Após ter percorrido com uma equipe altamente especializada a região litigiosa, veio à lume o irrefutável “laudo Maack” que, nada mais nada menos, confirmou, em aspectos essenciais, o laudo do ex-Presidente Eptácio Pessoa.

Sucedendo-se um impasse com o vizinho Estado de São Paulo, criaram ambos os Estatutos, Comissões Especiais para chegar-se a um atendimento bilateral.

Tal não ocorreu, porém. Apelou-se ao Presidente Médici para servir de árbitro. Exauriu-se o seu Governo sem que nenhum ou nenhuma decisão fosse adotada.

Acenderam-se os debates sobre a matéria. O Governo do Paraná tem se mantido atento à questão. Além do trabalho da sua Comissão Especial, o Secretário da Justiça, Deputado Tulio Vargas, tem mantido conversações e trocado correspondência com o Secretário da Justiça de São Paulo, além de desenvolver gestões junto ao Ministério da Justiça, buscando acautelar o interesse do Paraná.

Tudo está sendo feito sem alarde, pelos canais oficiais, a fim de que não se revista de emoção e passionalismo uma controvérsia que poderá encontrar seu desagradouro no próprio Supremo Tribunal Federal.

O importante é salientar que o Governo do Paraná encontra alerta na postulação dos seus impostergáveis direitos sobre a área territorial e, nesse particular, irá até os últimos recursos que

lhe forem permitidos pela Lei."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, pela terceira vez, ocupamos a tribuna para requerimento de um só assunto.

No dia oito de maio de 75, Sr. Presidente, há aproximadamente 150 dias atrás, cinco meses, nós acupávamos a tribuna para requerer de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, informes sobre problemas de saúde na cidade de Janiópolis.

Sem nos cansarmos ou fazer força para não nos perturbarmos, nem perdermos a calma, esperamos de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, cerca de sessenta dias para as informações.

E no dia 14 de agosto deste ano, ocupávamos esta mesma tribuna, para reiterarmos o pedido feito ao Secretário Arnaldo Busato. Acontece, Sr. Presidente, que até hoje, até este preciso e exato momento, nossa petição não foi atendida, o nosso pedido de informações ficou dentro deste prédio, a ponto deste deputado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ter a vontade de entrar com um projeto, pedindo que se abram as janelas deste edifício, para ver as nossas vozes saírem daqui.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Aproveitando a oportunidade, gostaria de esclarecer à Casa que o aspecto ditatorial de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Paraná, é altamente caracterizado, se não me engano, devo ter requerido cinco vezes, informações sobre cinco motivos de relevante importância, ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social e até hoje, até este momento, o Sr. Secretário, não deu resposta a nenhum de meus requerimentos, em bora sabendo S. Exa. que é determinativa constitucional, que é obrigação sua, responder aos parlamentares em todos os fatos em todas as indagações que sejam aqui feitas.

O "Reizinho", Secretário de Saúde e Bem Estar Social, é capaz de assinar expediente para transferir funcionários, como fez com o funcionário com dezoito anos de serviço em Ribeirão do Pinhal, para satisfazer apetites políticos, prejudicando uma família inteira, mas não dá atenção mínima aos deputados que têm responsabilidade com suas áreas e com o Paraná.

Parabenizo-me com V. Exa. e tomarei atitude constitucional contra o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, porque aqui não estamos em função de nomeação, estamos como representantes do povo do Paraná, em busca de solução a problemas.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa., que corroborando com o meu pronunciamento, vem demonstrar que não é um pronunciamento feito porque somos deputados da Oposição.

Fico Sr. Presidente, a me perguntar: Será necessário abertura das janelas nesta Casa do povo? Será, Sr. Presidente, este descaso feito ao pedido de informações deste deputado que representa uma parcela do povo de Janiópolis? O motivo de nossa presença mais uma vez neste nefasto assunto, é pedir cobrança daquilo a que nós, pela Constituição, temos direito. Será porque S. Exa. o "Reizinho", como disse o Deputado Lúcio Machado, Secretário de Saúde, tivesse sido ainda seja Deputado Federal porque recebeu também o apoio do povo de Janiópolis? Será que este mandato popular impede que ele faça a mínima justiça aquele povo? Será que ele se esqueceu do povo?

Seremos nós, Sr. Presidente, até quando, fantoches de "reizinho", de Secretário deste Estado? Garanto, Sr. Presidente, que não ficarei durante quatro anos nesta Assembléia do povo como fantoche, porque já se tomou, graças ao MDB, graças ao Partido da Oposição, praxe a formação de CPIs. Voltarei a esta

tribuna na próxima oportunidade, se não for atendido, para requerer também contra S. Exa. o Secretário de Saúde, uma CPI.

Roma era atacada por reizinhos e ditadores que avassalavam aquele império.

E alguém disse:

"Quosque tandem Catilina, abutere patientia nostra."

E termino minhas palavras, Sr. Presidente, quanto ao Secretário de Saúde, perguntando: "Até quando, secretários do Governo e da Arena do Paraná, abusareis da paciência não dos deputados, mas do povo que o Deputado representa nesta Casa?"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso alguns minutos ainda desta oportunidade, nesta tribuna, porque, ontem, ocupei-a para o mesmo assunto.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, surpreende-me a denúncia que faz V. Exa. a esta Casa, porque entendo não tão somente quanto ao desrespeito ao povo paranaense, ou ao Deputado que teve a iniciativa de, com a aprovação deste Poder, encaminhar suas indagações, suas interrogativas, mas é um desrespeito frontal ao Poder.

E assim sendo, é obrigação primeira do Presidente e da Comissão Executiva deste Parlamento de, vencido o prazo constitucional e regimental, para que a Assembléia Legislativa receba os esclarecimentos solicitados, deve a Comissão Executiva desta Casa, e é dever primeiro do Sr. Presidente deste Poder, requerer, na forma do direito, da maneira que se fizer necessário, o respeito a este Poder. Partindo principalmente do Sr. Secretário de Saúde que viveu anos no parlamento brasileiro, na Câmara dos Deputados, com dois mandatos, e que deve, portanto, conhecer a sistemática de funcionamento dos poderes legislativos em nosso País.

Se realmente se esgotou o prazo constitucional, deverá S. Exa., e assim o faremos também, cobrar à Comissão Executiva deste Parlamento, para que faça valer seus direitos. E para que se faça com que os responsáveis pelos setores político-administrativos do Estado do Paraná respeitem e dêem o respeito que esta Casa merece.

Assim sendo, ilustre Deputado, surpreende-me as denúncias que V. Exa., faz nesta oportunidade, denúncias que julgo das mais sérias, principalmente partindo de um homem que conhece profundamente o funcionamento dos parlamentares brasileiros, como já disse.

E vamos aguardar, juntamente com V. Exa., as providências da Comissão Executiva, e se esses não forem tomadas, iremos, em termos de bancada, buscar, até mesmo no Poder Judiciário, o respeito que merece esta Casa, por força de nossa Constituição.

Fica aí nosso modesto aparte o nosso ponto de vista e os apelos à Comissão Executiva da Casa, para que haja como de direito e de obrigação, fazendo com que o Sr. Secretário dê o atendimento que esta Casa merece e a que tem direito.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Jayme Carvalho, permita-me inicialmente que eu alinhe meu pensamento, depois de ouvir o discurso de V. Exa. e o aparte que lhe foi oferecido. Devo dizer que V. Exa. está sendo injusto com a imprensa do Paraná ao afirmar que os pronunciamentos aqui feitos por V. Exa. não alcançam limite maior do que os limites deste plenário. A imprensa do Paraná tem dado divulgação total a todos os pronunciamentos aqui feitos pelos Deputados da Oposição e da Situação.

A injustiça que está cometendo é com a pessoa do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social Deputado Federal Arnaldo Busato. Lembro-me numa das sessões em que V. Exa. ocupou esta tribuna fez denúncias de ocorrências em Janiópolis e V. Exa. não endereçou ao Secretário de Saúde um pedido de informações e daí o erro em que incorre o eminente Deputado Del Ciel.

V. Exa. endereçou uma solicitação, pedindo providência daquele Secretário para que se resolvesse determinado problema. E não há prazo constitucional para que qualquer Secretário de Estado atenda a solicitação. Quando o pedido é de informações, há dispositivo constitucional para que o Secretário se reporte, prestando informações.

Não houve pedido de informações da parte de V. Exa. e eu até fico a pensar: porque ouvi tantas expressões, principalmente no aparte, "lixo, revolta, desprestígio do poder, atitude de desrespeito à classe política, desvalorização do Poder Legislativo" e tantas outras que eu anotei e algumas que não consegui anotar. Há medidas, que antes de mais nada, devem ser adotadas pela administração municipal. O Secretário de Saúde, que de todos os secretários é o que mais viaja, trabalha incansavelmente, visita o interior, está em permanente contato com as populações das cidades do interior, procurando desenvolver um trabalho digno. Portanto, apenas para situar, não houve pedido de informação, que ele não tenha atendido.

Não houve desrespeito, houve isso sim, da parte de V. Exa. o fez dentro das prerrogativas do mandato que exerce, e o fez tão bem, um pedido de providências a serem adotadas naquele município e que naturalmente o Secretário está aguardando o momento para adotá-las sem ferir a autonomia municipal. Para que não se cometa injustiça, é que ofereci este aparte, agradecendo a V. Exa. a oportunidade que me deu.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Primeiramente, queria agradecer o aparte do Deputado Del Ciel, que retratou a veracidade dos fatos e acontecimentos tidos e havidos, não só deste mas de outros Secretários também.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, para lembrar que me mereceu o pronunciamento de todos os companheiros desta Casa, de ambos os partidos políticos, de todos os deputados que assomam a tribuna deste parlamento e baseado nesta norma nossa de conduta e de análise oferecemos nossas opiniões.

Quero, analisando rapidamente o aparte do ilustre líder da bancada governista, lembrar que não haveremos de permitir que se lance um companheiro nosso de bancada a imprensa falada, escrita e televisionada que, realmente, tem prestado grandes serviços ao Paraná e à Nação dando a cobertura que lhe é possível dar à luta e ao trabalho dos homens da Oposição.

No que se relaciona ao nosso aparte, na sua validade e na sua fundamentação quanto ao nosso ponto de vista não tão somente relacionado com o Secretário de Saúde e Bem Estar Social, mas com todos os secretários, vale a opinião exposta. Aqueles que deixaram de dar atendimento a qualquer pedido de informação, se assim não foi como me pronunciei que volte o líder governista a nos contestar, infelizmente através de aparte paralelo a V. Exa., dentro do prazo regimental e constitucional estará desrespeitando esta Casa, picando a Constituição, lançando ao lixo e desrespeitando o trabalho de todos que, unidos, procuramos oferecer nossa contribuição para que a classe política volte a recuperar o seu posicionamento junto à opinião pública de nosso Estado, de nossa região.

Era para estas observações, ilustre Deputado, que voltei a importunar V. Exa., na certeza de que V. Exa. merece crédito assim como o companheiro que nos antecedeu no aparte, Deputado Lúcio Machado, que aguarda esclarecimentos a indagações já feitas por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço, mais uma vez, o aparte de V. Exa. e tenho a dizer também que é com tristeza que não se receba o atendimento de um Secretário que passou por esta Casa e que, talvez tenha sofrido, as mesmas decepções e penúrias que os deputados atuais sofrem.

Quanto ao aparte do nobre Líder do Governo, que agradecemos também, temos a dizer que nós não prestamos nenhuma

censura à imprensa, e não estamos nesta tribuna para cobrar da imprensa satisfação dos desejos e dos direitos do povo. Dizemos até que, se fosse a imprensa ouvida, não haveria necessidade de estarem aqui 54 Srs. Deputados estaduais a gritarem e a pedirem pelo povo que estão aí nos jornais e estampam diariamente - em manchete as calamidades porque passa o povo brasileiro e o povo paranaense; as misérias, as decepções, a falta do cumprimento de direitos que eles têm, e a falta de cumprimento de obrigações do Governo para com o povo e, entretanto, nunca ouvimos e nunca vimos dizer que o Governo tivesse ouvido a imprensa de nossa parte. Por outro lado, Sr. líder governista, quando pedimos a S. Exa. que o Sr. Secretário de Saúde mandasse uma equipe especializada, e o fazemos com a máxima educação, porque poderíamos ter requerido diversamente, mas humildemente, porque humilde somos, de berço, e endereçamos a Sr. Secretário de Saúde sugestão para que mandasse, e era preciso a mandar, pedido para que uma equipe fiscalizasse e descobrisse a veracidade da nossa denúncia, tendo em vista o pedido do povo de Janiópolis.

Deixo aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, o último pedido que faço neste sentido porque devo reafirmar, mais uma vez, não ficarei nesta tribuna, não ficarei na minha bancada, não ficarei na Casa do povo quatro anos como fantoche de Secretário de ninguém porque vim aqui mandado pelo povo com a procuração para defender os seus direitos e haverei de defender, Sr. Presidente. Devo terminar o meu discurso.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Inicialmente, para me isentar de uma culpa que o Deputado Del Ciel quis me atribuir, eu não a recebo. Quando falei que se cometa uma injustiça contra a imprensa é que V. Exa. disse que para que os reclamos dos Srs. Deputados fossem ouvidos pelo povo, haveria a necessidade de se abrir uma janela aqui, porque os reclamos não vinham até aqui, eminente Deputado, mas volto a significar, o meu aparte foi respeitoso, significou que não há crime de responsabilidade do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social neste episódio, porque não houve pedido de informações que deixasse de ter sido respondido. No caso em tese, que V. Exa. está focalizando, V. Exa. está exagerando em tudo, desculpe a brincadeira, mas V. Exa. falou em 240 dias da data que fez o requerimento ou a sugestão. Estamos a menos de 180 dias trabalhando nesta Casa e V. Exa. fez 60 dias depois de estarmos trabalhando, metade do tempo que V. Exa. deu. Devemos estar em 120 dias. Apenas para justificar que se exagerou em tudo que se faz, nas pequenas e nas grandes coisas. Se depender do Sr. Secretário de Saúde a resolução do problema, não tenha dúvida, o Sr. Secretário tomará as providências. Existiu talvez entre-choques de competências entre as autoridades estaduais e municipais, porque há grande respeito do Governador na autonomia dos municípios, isto talvez seja o ponto que não permitiu que V. Exa. o Sr. Secretário adotasse as providências prontas que V. Exa. está levando. Eu vou procurar informar, eminente Deputado, eu prometo a V. Exa., tanto que estou dando credibilidade a V. Exa. quando diz que o problema é muito sério, é muito grave, e deve merecer soluções. Verificarei pessoalmente com S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde. E informarei da tribuna a V. Exa., dando as razões que quero crer, existam, para que medidas preconizadas não tenham sido adotadas. E prometo a V. Exa. que haverei de trazer. Mas V. Exa. entenda, não há nenhuma prevenção nesta Casa, com V. Exa., com o pronunciamento de V. Exa., nem há do Governo, com nenhum deputado da Oposição. V. Exas. estão prestando uma contribuição à tribuna, digo à administração do Estado, quando trazem à esta tribuna problemas desta natureza. É assim que nós vemos a presença de V. Exa. na tribuna. Portanto, eminente Deputado, sei que V. Exa. se irrita, e me perdoe o tempo que tomo de V. Exa., acredite na nossa boa vontade, que é a vontade de todos, e haveremos de trazer as razões pelas quais ainda não foram,

resolvidos os problemas que V. Exa. traz a esta tribuna.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

Acho que nós sabemos de que a imprensa tem dado cobertura daqueles pronunciamentos que nós fazemos e que vem de encontro com os anseios do povo.

As janelas que poderiam ser abertas, é para que os Secretários nos escutem de seus gabinetes, ou se não que fornecessem óculos a eles, porque a imprensa publica, eles não lêem, não atendem, chego a crer até, que eles não enxergam ou não sabem ler.

Tem o aparte o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas, eu gostaria de perguntar a V. Exa. até quando V. Exa. fará pedidos que signifique uma coisa, e deseja resposta que signifique exatamente o contrário.

Por que eu acredito, como o Deputado Del Ciel, de que os Deputados desta Casa merecem a devida atenção. O nobre Deputado Accioly Neto, já esteve na tribuna, já deu explicações, e outra versão do problema, com relação ao problema de Janiópolis. Quando V. Exa. levantou o problema, dias após, recordo-me do brilhante pronunciamento também do Deputado Accioly Neto, a respeito do assunto. Então a pergunta que fica parodiando Cícero, seria até quando V. Exa. vai perguntar uma coisa, e pretender uma resposta à outra.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — A resposta a V. Exa. é exata. Eu toquei no problema, até quando eu for atendido.

E V. Exa. talvez, esteja hoje advogando a causa de um Deputado. Na ocasião, o Deputado Accioly Neto, simplesmente defendia a posição do Prefeito que o elegeu, como também S. Exa. o Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

É com a soma de 200 ou 500 que se fazem 17. E quando o Deputado disputou as eleições, ele sabia que teria 17.

Quero responder a V. Exa., que a respeito do pronunciamento do Deputado Accioly Neto, nós viemos pela segunda vez a esta tribuna já que ele estava defendendo uma causa injusta. Viemos a esta tribuna com documentos e fotografias que encaminhamos à Mesa e viemos fazer o mesmo pedido que não é meu Sr. Presidente, porque eu não cheiro a estrume de vaca; moro em Curitiba.

Viemos apresentar os anseios do povo de Janiópolis que também é defendido pelo Deputado Accioly Neto. Está nos Anais da Casa em nosso requerimento e já deve estar com S. Exa. o Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Voltarei a esta Casa tantas quantas forem necessárias as vezes para reclamar um pedido do povo, que não é meu, mas que represento e que V. Exa. não conhece.

Não tenho com V. Exa. obrigação de meu mandato, mas com o povo. Tenho que requerer, não para Deputado, mas para o Secretário do Governo e o fiz requerendo a S. Exa. o Dr. Arnaldo Busato, da Saúde e Bem Estar Social.

Exijo respeito, Sr. Presidente, não a mim, mas a novecentas e tantas pessoas que me deram seu voto. Porque não sou Deputado de Goierê, nem de Janiópolis, nem de Mariluz ou de Moreira Sales. Em meu diploma está escrito "Deputado Estadual do Paraná" e haverei de lutar pela solução dos problemas deste povo.

Tanto é verdade que, concluindo, digo que na semana retrasada fazia desta tribuna um pronunciamento quanto à cidade de Guaraniaçu, fazendo requerimento a S. Exa. o Secretário de Segurança Pública do Estado. Quero avisar a V. Exa., Sr. Presidente, e a V. Exas., Srs. Deputados, reiterando o que disse ontem, repetindo o que disse por duas vezes, que não tive em Guaraniaçu um voto qualquer. Mas em passagem profissional por

aquela cidade, recebi do Delegado de Polícia uma reclamação de que estava ele agonizante quanto à situação da Segurança daquele município, tendo em vista que dispunha de quatro soldados apenas. Um para guardar sua casa, outro para guardar o cárcere, um para digirir a perua e outro para vigiar o município de tantos interesses econômicos.

O SR. FUAD NACLI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Nobre Deputado, estou aguardando a oportunidade de apartear-lo.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Concedo pela ordem, aparte ao nobre Deputado Del Ciel, e, em segundo lugar, ao nobre Deputado Fuad Nacli.

O SR. DEL CIEL — Sr. Deputado Jayme Carvalho, com relação ao assunto, razão da passagem de V. Exa. na tribuna, gostaria de incluir mais um adendo: felizmente para o Governo do Estado do Paraná, não foi imputado nenhum crime de responsabilidade, visto que V. Exa. encaminhou uma solicitação do povo que representa. E todos nós, somos símbolos da esperança do povo do Paraná, nesta Casa.

V. Exa. cumpre com sua obrigação, com seu dever, neste Parlamento. Agora, seria terrível para as Secretarias e para o próprio Governo, se a Constituição do Paraná prevísse o mesmo prazo, o mesmo tempo, que têm os Srs. Secretários do Estado para dar respostas às nossas indagações, para apresentarem — nesses mesmos prazos — as soluções para os problemas que aqui — representando o povo paranaense — transmitimos.

Então, ilustre Deputado, a cada três meses, a cada 90 dias teríamos renovado o quadro do Secretariado do Estado do Paraná.

E mesmo porque, muitos governos por aqui passaram, e os problemas vão ficando para trás, agravados pelo tempo, em muitos setores da vida político-administrativa do Estado do Paraná.

Felizmente, Sr. Deputado, para a bancada arenista, não estabelece a Constituição do Estado do Paraná, deva os Srs. Secretários do Estado apresentarem soluções para o povo paranaense que aguarda, há muito tempo, de alguns anos.

Muito obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo aparte ao nobre Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Neste aparte, quero dizer ao ilustre Deputado Jayme Carvalho, com referência à sua passagem por Guaraniaçu, devo dizer que, naquele mesmo dia em que V. Exa. passou por lá para advogar, eu também estive naquela cidade. E sei perfeitamente dos problemas que envolvem interesses da região.

O Delegado de Polícia daquela cidade, relatou-me os fatos havidos e as prisões que já estavam com inquérito pronto.

Recebemos na quinta-feira passada, notícia de Goioerê, que foi assassinado mais um vidadão naquela localidade e queimado. Imediatamente, telefonamos para Cascavel, e entramos em contato com a Secretaria de Segurança, que nos tranquilizou dizendo que, há dias atrás, havia locomovido um delegado e mais um contingente, para fazer uma limpeza na região, procurando prender aqueles homens que estão matando e queimando gente; destruindo, pelo fogo, casas. Quero dizer ao nobre Deputado, como defensor de uma parte, como ontem se falou no Pequeno Expediente, telefonamos novamente a Durval Teixeira, Delegado de Polícia de Cascavel, e ele me disse pelo telefone que já estava na pista dos assassinos, que já estão presos três suspeitos na Delegacia de Guaraniaçu.

Acredito que a Secretaria de Segurança, com seus delegados e pessoal, está tomando as medidas necessárias, mas o que estamos assistindo e vendo naquela região, é de alarmar não só o Estado do Paraná, mas fora do Estado. Isso é uma brutalidade.

Queremos aqui confiar na segurança de nosso Estado e dizer ao Deputado com referência a Guaraniaçu, que devemos estar lá, se Deus quiser, na semana que vem, para trazer a esta Casa todas as informações que forem necessárias.

Quero agradecer o aparte que o nobre Deputado me concedeu, e dizer que não concordamos e não aceitamos com esse tipo de banditismo, que estamos vendo naquela região. Isso não é normal. Guaraniaçu hoje, vive clima de alarme e seu Delegado de Polícia já está com reforços para atender às necessidades daquela Comarca.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Muito obrigado, nobre Deputado. Primeiramente, quero agradecer o aparte do Deputado Fuad Nacli, e dizer, fazendo uma breve e simples comparação. Veja V. Exa. que nós requeremos há alguns meses providências de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde, que até hoje não foram tomadas. Requeremos também, há questão de 10 ou 15 dias, providências de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, que de imediato não foram tomadas.

Segundo as informações do nobre Deputado Fuad Nacli, que aliás nós também obtivemos na tarde de ontem, uma vida foi ceifada e brutalmente, Sr. Presidente. Morto a tiros, tendo os braços e pernas cortadas, jogado dentro de um volks, no qual tocaram fogo. E houve até quem duvidasse de nossa afirmativa.

Se as providências tivessem sido tomadas antes, já que nós representamos nesta Casa a voz do povo, será que mais uma vida teria sido ceifada?

E se o Sr. Secretário de Saúde não nos atender mais uma vez, até quando, quantas vidas serão ceifadas? Esté é o ponto de vista de um Deputado que faz aqui desta tribuna uma denúncia, tentando, - essa era minha intenção, ajudar o Governo deste Estado, através de um dos seus órgãos, eis que, como disse ontem, não detenho mando político e nem tive votos em Guaraniaçu.

Isto era, Sr. Presidente, o sentido de nossas palavras, do nosso requerimento. Pondo fé, como ponho, nas palavras do Deputado Fuad Nacli, que é ligado aos homens do Governo, de que esforços já foram para o município de Guaraniaçu, no sentido de superar o problema havido para que os lares voltem a paz, porque achei nas palavras do Deputado Fuad Nacli, o cumprimento do meu objetivo, do meu requerimento.

Apelo agora, verbalmente, à retirada da pauta do requerimento que apresentei ontem e que deverá ser votado nesta tarde.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de não voltar a apartear-lo, entretanto, o pronunciamento do nobre líder do Governo nos deixou sem entender qual o tipo de defesa que pretendia S. Exa. fazer ao afirmar que o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social não recebeu de V. Exa. um requerimento de Pedido de Informações e por isto mesmo deixou de informá-lo em tempo hábil. Se não me engano V. Exa. requereu há mais de cem dias para que S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social procurasse resolver o problema que envolvia e envolve um município inteiro. V. Exa. viu que embora passados cem dias ou mais o problema não foi resolvido.

Desta forma, é bom que se esclareça ao nobre, inteligente e preclaro líder do Governo...

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... que todo o requerimento dirigido ao Governo ou às suas Secretarias, são requerimentos que devem ser respondidos dentro do prazo constitucional; quando requeremos que se faça uma diligência sobre tal coisa, dentro desse período a diligência tem que ser feita, quando requeremos informações sobre alguma coisa, estas informações têm que ser dadas e não por parlamentares, como V. Exa. afirmou. Não precisamos e não pretendemos e preterimos requerimentos a parlamentares.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e concede mais dois minutos para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Desta forma, nobre Deputado, nós respeitamos principalmente a posição do nobre líder do Governo pelo seu respeito, educação e capacidade. O que não aceitamos é o subterfúgio que tenta jogar, quando um homem de nossa bancada com um objetivo altruísta, defende os direitos do Governo, e que tem a honra de representar.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa., Sr. Presidente, me permitiu mais dois minutos para que concluísse. Está concluída nossa oração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 141/75, que aprova Convênio nº 14/75, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 05/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina à Barra do Jacaré. Pareceres **CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase da construção do prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de março de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase da construção do prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 118/75

A proposição nº 118/75, é originária da Mensagem Governamental 31/75, que encaminhou a esta Assembléia, para os fins constitucionais, cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 14 de março de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase da construção do prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município.

Nos termos do inciso IX, do Art. 47, da Constituição Estadual, é de competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de convênios.

Da análise dos objetivos do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e visa a proporcionar melhores condições à população do aludido município.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO – Presidente

ADALBERTO DAROS – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Zaquia Domit, ocorrido em União da Vitória. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Araci Soares Santos, ocorrido na cidade de Londrina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elísio Camlofski. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine à Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, a abertura de inquérito, para apurar as irregularidades do caso de Nelson Lopes, e punir os culpados da venda, aplicação das dosagens. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que inclua no plano prioritário do Estado, a ligação asfáltica de Umuarama ao município de Xambê. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar aos órgãos competentes, estudo visando a instalação de energia elétrica nos distritos e patrimônios do município de Toledo. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, ao Diretório Acadêmico de Biologia e Ciências do mesmo órgão de ensino e ao Ministério de Educação e Cultura, pela realização do "I Encontro Paranaense do Meio Ambiente". – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinação de estudos sobre a possibilidade de promoção ao posto imediatamente superior aos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, que forem transferidos à reserva. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando juntada de documentos ao Projeto de Lei nº 130/75. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do telex enviado à S. Exa., o Sr. Presidente da República, publicado na "Folha de Londrina", em data de ontem. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 60º aniversário de fundação da Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, com sede na cidade de Castro. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Ministros da Agricultura e Fazenda, formulando apelo para que as autoridades interfiram no sentido da liberação de crédito financeiro à Cooperativa Agro-Pastoril da Região Centro Oeste Ltda., com sede no município de Telêmaco Borba. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, sobre o Subprograma de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Ementes – AGIPLAN. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de moção de apoio ao teor do apelo formulado pelo Vereador Eloy Marcelo Niece, à autoridades federais e estaduais, no sentido de que a ventitada criação do "Parque Nacional do Marumbi" não atinja o município de Campina Grande do Sul. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, sobre a situação e a atitude da PARANATUR, quanto a contratação de serviços de assessoria, planejamento e propaganda turísticos. – Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão do requerimento, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que através da comissão encarregada da Organização e Divisão Judiciária do Estado, transfira da jurisdição da comarca de Jacarezinho para a comarca de Andirá, o município de Barra do Jacaré. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que a comissão encarregada da Organização e Divisão Judiciária do Estado, mantenha o município de Itambaracá à jurisdição da comarca de Andirá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja endereçado expediente à Secretaria de Educação e Cultura e Fundação do Teatro Guaíra, para que promovam espetáculos teatrais acessíveis ao grande público, tendo em vista que os atuais preços, são impeditivos às camadas populares, em especial aos estudantes. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de reforço policial, para que o Sr. Delegado de Guaraniaçu, possa manter a paz social naquele município. – Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao Deputado Jurandir Messias que está recebendo informações verbais de que o autor do requerimento havia solicitado a retirada do mesmo. Solicita do Deputado Jayme Carvalho, a confirmação.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, tendo em vista informações recebidas do Deputado Fuad Nacli e outras do Deputado Jurandir Messias de que nossas solicitações já foram atendidas, nós confirmamos a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento e solicito que o faça por escrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 05/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 64/75 e de Lei nºs 96/74, 96/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 662/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8951/75, de 10 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo nº 49/73, de 27 de fevereiro de 1973, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento concedido pelo mesmo a JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 27, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em razão da contagem para todos os efeitos legais, do tempo referido no item II, do Decreto Legislativo nº 600/75, de 19 de agosto de 1975, é a partir de 13 de maio de 1971, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 663/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9422/75, de 18 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

atribuir, a SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora a disposição deste Poder Legislativo, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista, no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de maio de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 664/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8799/75, de 03 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo nº 57/64, de 21 de fevereiro de 1964, para declarar que o nome de ARACY ZECK, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é ARACY SECH, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 665/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8815/75, de 04 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ELDO GEVEZIER, ocupante do cargo de nível PL 15, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de dez por cento sobre seus vencimentos, a partir de 15 de maio de 1975, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeado nesta Casa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 666/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8469/75, de 26 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

interromper a licença especial de três (03) meses, concedida pelo Decreto Legislativo nº 490/75, de 07 de julho de 1975, a ÉLIDA DAITCHMANN, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 28 de agosto de 1975, ficando com direito ao gozo do tempo remanescente ou à sua contagem em dobro em outra oportunidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO — 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 667/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o

nº 9038/75, de 11 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo nº 461/74, de 16 de novembro de 1974, para declarar que o acréscimo de mais cinco por cento concedido pelo mesmo sobre os vencimentos de JOSÉ CHECHELISKI, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em decorrência da contagem para todos os efeitos legais deferida pelo Decreto Legislativo nº 636/75, de 10 de setembro de 1975, é a partir de 10 de julho de 1973, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 668/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9155/75, de 15 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, RAUL ZIPPERER, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Assessor do Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 05 de setembro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 536/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

transferir para a partir de 1º de dezembro de 1975, as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a FERNANDO JOSÉ PUPPI, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 537/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9709, de 25 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondentes a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, a partir de 24 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 538/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9844, de 30 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários MARLENE PERRY GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL 16, ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14, JOSÉ CARLOS JANJÃO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL 18, ROSÁRIA DE LIMA AZEVEDO, ocupante do cargo de nível PL 14 e JOSÉ DA TRINDADE, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 539/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9936, de 1º de outubro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a JOSÉ MATHIAS JUNIOR, ocupante do cargo de Advogado nível PL 28, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 541/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9977, de 3 de outubro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 542/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7349, de 24 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 1º de outubro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de outubro de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral